

LINTOTT, Andrew. *The Romans in the Age of Augustus*. London: Willey-Blackwell, 2010, 198 p.

Thiago Eustáquio Araújo MOTA*

Nas últimas décadas, a crescente atração dos estudiosos pelo período de Augusto tem encorajado o aparecimento de trabalhos com perspectivas variadas. Em suas interpretações, alguns autores deram importância aos elementos de continuidade e a preservação do vínculo com o passado republicano. Outros pesquisadores enfatizaram as rupturas e os arranjos do *Princeps* para perpetuação de um poder dinástico, ou seja, a conservação do cargo imperial no âmbito da *Domus Iulia*.¹ Na obra em exame, nos deparamos com a apreciação do Principado de Augusto por um estudioso do período republicano, sem o enfoque providencialista ou revolucionário que muitas vezes acompanha o estudo dos grandes líderes e estadistas. Encarado não da perspectiva de um regime que logrou sucesso pela longevidade – ou vitorioso e desejado desde o princípio – mas dos revezes, sobressaltos e negociações implicados na sua formação.

Andrew Lintott é professor aposentado de História Romana da Universidade de Oxford e colaborador emérito do Worcester College. Em sua trajetória acadêmica, ganhou notoriedade como pesquisador sobre o Período Republicano, especializado nos campos da diplomacia, instituições políticas e leis romanas. Apesar de suas reflexões revelarem maior afinidade com a história política, Lintott mantém-se aberto ao diálogo com outras áreas do conhecimento, como a Arqueologia, a Sociologia, a Antropologia e o Direito. Sua produção abrange tópicos instigantes como a violência e as convulsões civis ocasionadas pela legislação fundiária dos irmãos Graco, as intrigas e animosidades no jogo das facções políticas de Roma. Em um de seus livros de maior projeção, *Imperium Romanum* (1993), problematiza as noções de Império e Destino – *fatum* – para os contemporâneos da expansão territorial e militar, pois se tratam de temas que ganharam expressão nos textos civis e literários e que são concomitantes ao desenvolvimento de uma maquinaria administrativa flexível para o domínio mediterrâneo.

* Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de História – UFG – Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia, CEP: 74001-970, Goiânia, Goiás – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: theamotta@gmail.com

Dentre suas atividades mais recentes, o historiador britânico atuou como coeditor do Volume IX do *Cambridge Ancient History*, no qual discute o próprio sentido de crise da República, e igualmente do Volume X, intitulado *The Augustan Empire: 43 BC - AD 69* (2008). Deixa claro para o público leitor seu esforço de conciliar o exercício docente e de orientação com a prática de pesquisa, o que transparece principalmente na didática estrutural dos capítulos e na clareza de sua escrita. Conhecedor profundo do *corpus* ciceroniano, recentemente, elaborou para os pesquisadores e alunos de pós-graduação um manual crítico para a investigação dos escritos de retórica, tratados e missivas do orador, Marco Túlio Cícero.

O livro em exame originou-se de um convite da série *The Peoples of Europe*, projeto editorial da Wiley-Blackwell, dirigido por James Campbell e Barry Cunliffe, o qual promove a confecção de manuais concisos sobre os povos e etnias da Europa, como os Etruscos, os Celtas, os Bizantinos, os Ciganos, os Francos e vários outros. Lintott anuncia no Prefácio que ao ser chamado para escrever o volume sobre os romanos, inicialmente hesitou pela impossibilidade de condensar, em poucas páginas, a essência de um povo milenar, mas por fim, chegou a um consenso com os editores sobre o marco cronológico: o período de Augusto. O autor revisita temas da história política e social (como a romanização, as conquistas, a mobilização da plebe, o trabalho e a escravidão) à luz das recentes discussões historiográficas pertinentes à composição cultural, étnica e geográfica do Império. Neste *snapshot* que apresenta dos romanos não descuida da complexidade do processo histórico, dando evidência às transformações no campo social e aos rearranjos institucionais que deram ensejo ao Principado.

No lugar de uma história puramente sequencial, propõe um *snapshot* - um quadro descritivo ou caracterização, por assim dizer - dos romanos no tempo do primeiro Imperador. Este termo de difícil tradução, proveniente da Fotografia, tem o sentido de *captura instantânea* de uma imagem, sem intento artístico ou jornalístico; como uma foto tirada a esmo e que revela situações peculiares do cotidiano. Visando facilitar a leitura e a inteligibilidade dos temas que tratam desde a disposição do espaço urbano até o Exército e a vida nas fronteiras, o livro segue a forma de manual, com capítulos concisos e bem delimitados. A diagramação do volume acompanha o padrão da série com mapas bem nítidos e gravuras de cunho mais elucidativo, acompanhadas de legendas descritivas.

Lintott toma como ponto de partida um desafio etnográfico: elaborar um panorama da riqueza e força dos romanos, com tudo aquilo que saltaria a vista de um

estrangeiro em viagem pelo *Mare Nostrum*. A proposta se inspira em um episódio pouco comentado da *História Romana* de Dión Cássio: durante sua estadia na ilha de Samos, depois de organizar as províncias orientais do Império, o Imperador Augusto foi surpreendido por uma embaixada a serviço de um rei indiano denominado Póros ou Pandion. Junto com uma carta do rei que propunha ao *Princeps* um pacto de amizade, os mensageiros transportavam presentes incomuns: tigres, um cativo hermafrodita, uma variedade de serpentes, incluindo um píton gigante e um enorme hipopótamo. Se essas dádivas e seus portadores causaram espanto e admiração no séquito de Augusto, a recíproca pode ter sido verdadeira. Quais conceitos teriam formulado do governante romano cujo renome ecoava até os rincões do Indo? Quais percursos teriam escolhido entre tantas rotas marítimas e terrestres? Quais impressões teriam obtido desses falantes de latim e construtores de estradas que subjugaram parte do mundo conhecido? Teriam conseguido diferenciá-los em meio a tantos falares e culturas desse composto mediterrânico? É de se imaginar que o documento acima não contém as respostas, tão pouco existe a esperança de encontrá-las em algum relato perdido de viagem elaborado pelos indianos, todavia as perguntas são provocações válidas como exercício de desnaturalizar o passado e percebê-lo com outro olhar: o do *outsider*.

Logo na introdução, o autor ressalta que “para um europeu escrever como um etnógrafo dos romanos no período de Augusto é o mesmo que se tornar um estrangeiro - *outsider* - no tempo, mas não no espaço e não inteiramente na cultura” (p.5). Com certa dose de imaginação histórica, convida o leitor a seguir os passos da embaixada indiana por determinados ambientes do Império a fim de espreitar seus habitantes. Em sua reconstituição, enumera desde os veículos disponíveis para o transporte, as vias públicas e portos mais frequentados, até as embarcações e o regime dos ventos no Mediterrâneo para, então, lançar uma conjectura dos povos que os indianos teriam encontrado pelo caminho: celtas, fenícios, ilíricos, egípcios, gregos, entre outros. Não se trata de mera especulação, muitos dados de ordem técnica são retirados do tratado geográfico de Estrabão ou da documentação epistolar de Cícero e Plínio, personagens que se deslocaram bastante pelo Império ao longo de suas carreiras. O resultado é um panorama das províncias e do mosaico de povos, crenças e culturas que constituíam a civilização mediterrânica.

O Mediterrâneo é hoje um tema em voga nos estudos sobre a Antiguidade e o mundo romano, principalmente a partir da publicação do livro, *The Corrupting Sea: a Study of Mediterranean History* (2000), de Peregrine Horden e Nicholas Purcell que,

apesar do vastíssimo arco cronológico de 3500 a.C. a 1000 d.C., atenta para o potencial que suas correntes, ilhas e auréolas ofereciam para a interconectividade dos agrupamentos humanos. Para o pesquisador francês Alain Tranoy, a única unidade possível de se vislumbrar no Império Romano seria uma unidade de gestão, buscada em um território marcadamente plural, não apenas no sentido linguístico e cultural, mas também, físico, geográfico e econômico. Numa orientação convergente, Lintott procura transmitir a dimensão da magnitude e complexidade do Império na época de Augusto e, por sua vez, o leitor percebe os cidadãos romanos como uma minoria numérica, concentrada na Península Itálica ou presente nas colônias e assentamentos militares das províncias.

Nas palavras do próprio autor: “somente ao cruzar o Adriático para a Itália ou talvez ao desembarcar em Brundisium, poderia um viajante se sentir num mundo definitivamente Romano” (p. 10). Não é por acaso que focaliza essa região no livro, explorando os traços da influência romana no plano das cidades, no estilo das habitações ou construções públicas, como fóruns, termas e anfiteatros. Essa influência se faz notar também no universo rural. Em dos capítulos intitulado *Town and Country* é instigante o trecho em que analisa a forma, o tamanho e o funcionamento das *uillae* romanas, a partir das evidências arqueológicas e dos tratados de agricultura.

Um dos diferenciais deste pesquisador é a atenção que dedica ao cenário itálico. Em linhas gerais, analisa a projeção da Península Itálica na política de Augusto e demonstra como sua integração foi celebrada em festivais e nas artes visuais e poéticas. Línguas como o etrusco tornaram-se objeto de interesse dos antiquários que também investigaram sobre os cultos e tradições que teriam caído em desuso. Recorda, a propósito, que o círculo de escritores e poetas do período era quase todo de procedência itálica. Se por um lado a Península se revestiu com cores romanas, a partir do movimento de expansão militar e anexação, por outro, das terras itálicas saíram os indivíduos responsáveis pela renovação dos quadros das Ordens, Senatorial e Equestre.²

Por volta do século I a.C., a cidade de Roma já possuía um contingente significativo de itálicos cujos nomes, tradição e nascimento eram com frequência recordados em memoriais e nas lápides funerárias. Observamos certa pressa ou inabilidade do autor ao transitar pelo tema das múltiplas identidades e algum eco de romanocentrismo persiste ao designar os costumes romanos como desejados e um caminho para se evitar perseguições políticas (p. 104). Já na perspectiva do historiador Wallace-Hadrill, por exemplo, no livro *Rome's Cultural Revolution* (2010), as fusões

culturais costumavam produzir fusões identitárias e linguísticas no Mundo Antigo que se sobrepunham de maneira harmônica. Em outras palavras, era comum que alguns indivíduos ostentassem duas ou mais identidades culturais e linguísticas sem que isso provocasse qualquer conflito.

Apesar dos esforços metodológicos para focalizar os romanos na obra, Lintott torna explícito o universo multicultural que os cercava, inclusive em sua capital. Intercâmbio e multiculturalismo são critérios de entendimento nos tópicos do livro que lidam mais diretamente com as religiões de Roma, os costumes e as ideias. Todavia, longe de transmitir a impressão equivocada de um Império harmonioso, o autor aponta também os conflitos que ora ou outra fervilhavam no cenário urbano, como as perseguições político-religiosas e as manifestações de descontentamento da plebe. O teor mais descritivo e informativo, predominante em alguns capítulos, é temperado pela análise e problemática históricas que equacionam os fatores em disputa no âmbito do poder.

Para o historiador, não basta retratar os romanos no ápice da dominação política e militar, como num documentário televisivo, por isso se dedica a reconstituir criticamente o processo que levou uma aldeia de pastores e agricultores à posição de Império Mediterrâneo. Na sequência, debruça-se sobre os enfrentamentos e perseguições que preencheram o último século da República e indaga como teriam marcado a experiência dos que viveram sob o domínio de Roma. Procura avaliar o que mudou em cada segmento social, tendo em vista o advento do Principado. A título de menção podemos citar as reformulações na Ordem Senatorial e Equestre; as alterações nas condições materiais de vida da plebe; a introdução da gratificação monetária para os legionários; as perspectivas dos libertos e escravos em face das novas leis sobre a manumissão.

Em sua avaliação das estruturas políticas, destaca a continuidade dos laços de clientela, mas que passaram a incorporar o Imperador numa rede intrincada de relações. O *pater famílias*, em sua imagem idealizada de proteção e severidade, representou para Otávio o modelo espelhar na condução dos assuntos políticos e sociais do Império. Este último se converteu no *patronus* das legiões, dos membros dos *collegia*, das elites locais e até dos soberanos aliados de Roma. Por vezes, através da *adlectio*, o Imperador elevava dignitários municipais ou provinciais às Ordens Senatorial ou Equestre, criando com isto uma base de apoio segura nessas localidades do Império; benefícios estes que eram recordados em testamentos ou inscrições públicas. Prática que teve início com

Augusto e se perpetuou com os demais Imperadores. Em prol de uma compreensão mais fluida das trocas entre Roma e as regiões dominadas, vários autores têm apostado nos conceitos de negociação e cooptação como critérios chave no entendimento de uma política romana voltada para a dominação que conta com a atuação das elites locais.³

Para além dos arranjos constitucionais e competências acumuladas pelo Imperador, a análise de Lintott sobre a governabilidade do Principado frisa alguns detalhes práticos interessantes, quase sempre negligenciados pela historiografia. Por exemplo, a atuação do conselho – *consilium* - peça chave da política imperial, formado por parentes e amigos pessoais do *Princeps*. Chama a atenção para a numerosa equipe que assessorava o Imperador em tarefas rotineiras, como a redação de cartas e a contabilidade dos recursos. Também é impressionante a estimativa do patrimônio de Augusto, constantemente engordado pelos confiscos de terra, testamentos e as receitas da província do Egito. Recursos imprescindíveis para sustentar o soldo dos legionários, o sistema de benesses públicas e as redes clientelares.

Esta é uma, entre outras partes do livro em que Lintott captura leitor pela precisão e profusão de detalhes. Surpreende a tranquilidade do historiador em transitar por temas de ordem tão variada, tal como exige a tarefa de contextualizar um período polêmico e com documentação tão vasta. A nosso ver, a estrutura em forma de manual em nada desmerece a qualidade acadêmica da obra que impressiona pela atualidade dos temas e discussões. Para a tristeza do leitor preciosista, as notas do livro foram relegadas para o final, mas permitem acompanhar o diálogo com uma historiografia bem recente, sobretudo de matriz anglo-saxônica. Como pontuamos acima, a escrita concilia a leveza do relato etnográfico com a densidade da análise histórica que quase sempre privilegia os aspectos relacionados ao poder; se em algumas partes a narrativa ganha uma feição mais descritiva e estática, em outras, é embalada pela dinamicidade dos processos históricos, dando também contorno e profundidade crítica a esse *snapshot* que o autor propõe no início do livro.

Referências Bibliográficas:

Documentos Textuais

DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. Trad. Earnest Cary. Harvard: University Press, 1924. (The Loeb Classical Library).

Geral

- ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Los Angeles: University of California Press, 2000.
- GALINSKY, Karl. *Augustan Culture*. Princeton: University Press, 1996.
- GOWING, Alain. M. *Empire and Memory. The representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: University Press, 2005.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas Purcell. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: University Press, 2000.
- HINGLEY, Robert. *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire*. London: Routledge, 2005.
- LONDON, J. E. *Empire of Honour: The Art of Government in the Roman World*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- LINTOTT, Andrew. *Violence in Republican Rome*. Oxford: University Press, 1968.
- _____. *Imperium Romanum*. Oxford: University Press, 1993.
- _____. *Cicero as evidence. An Historian's Companion*. Oxford: University Press, 2008.
- _____; CROOK, J.A (eds.) *The Cambridge Ancient History. The Last Age of Republic, 146-43 B.C. V. IX*. Cambridge: University Press, 2008.
- _____; BOWMAN, Allan; CHAMPLIN, Edward. (eds.) *The Cambridge Ancient History. The Augustan Empire, 43 B.C-A.D. 69. Vol.X*. Cambridge: University Press, 2008.
- LOBUR, John A. *Roman Consensus and the Founding of Roman Imperial Ideology*. London: Routledge, 2008.
- REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: University Press, 2009.
- RAAFALUB, Kurt A; TOHER, Mark. *Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and His Principate*. California: University Press, 1993.
- RIVERA, José Antonio Mellado. *Princeps Inuuentutis: La Imagen Monetaria del Herdeiro en La Época Julio-Claudiana*. Universidad de Alicante: Publicación Universitaria, 2003.
- SHOTTER, David. *Augustus Caesar*. London: Routledge, 2005.
- SWAN, Peter Michael. *The Augustan Succession: Na Historical Comentary on Cassius Dio's Roman History Books 55-56 (09 b.C – a.D 14.)*. Oxford: University Press, 2004.
- TRANOY, Allain. O Mediterrâneo Antigo ou a Busca da Unidade. In: CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François. *História do Mediterrâneo*. Lisboa: Estampa, 2000, p. 27.116.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: University Press, 2010.
- ZANKER, Paul. *Augusto y el Poder de Las Imagénes*. Madrid: Alianza, 1992.

Notas

¹ No primeiro grupo podemos situar, por exemplo, os autores ingleses Kurt A. Raaflaub e Mark Toher (1993), com o livro *Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and His Principate* e Alain M. Gowing (2005), com o livro, *Empire and Memory: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. No segundo grupo podemos localizar os historiadores também britânicos David Shotter (2005), autor do livro, *Augustus Caesar* e Petter Michael Swan (2004), com a obra, *The Augustan Succession: an Historical Comentary on Cassius Dio's Roman History*.

No âmbito de uma história política renovada, que leva em conta os usos e o efeito transformador do capital simbólico, John Alexander Lobur (2008), no livro *Roman Consensus and the Founding of Roman Imperial Ideology*, atenta para a preocupação de Augusto em representar-se como gerador legítimo de consenso – *consensus* - e guardião dos símbolos e valores republicanos. Vale a pena mencionar o singular

estudo de Paul Zanker (1992) sobre a fabricação e o uso propagandístico das imagens de Otávio Augusto. Tenta demonstrar como os artífices do Principado buscaram instalar uma imagem de ventura e prosperidade no campo visual e na crença das populações urbanizadas do Império. Outro acadêmico de renome é Karl Galinsky (2000), que no livro *Augustan Culture*, procurou decodificar os alicerces da *auctoritas* e do poder do *Princeps*, assim como, os elementos culturais, valores, utopias e ideais que conectaram toda uma geração de escritores e poetas sob a égide do primeiro Imperador.

² No texto, o autor preocupa-se em traduzir o termo adequadamente do latim *ordines* e não classes, como seria usual numa nomenclatura marxista.

³ Sobre a problemática da cooptação das elites e manutenção do poder nas províncias, vale a pena conferir os trabalhos de Robert Hingley (2005), *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire*, e John Lendon (1997), *Empire of Honour: The Art of Government in the Roman World*. Recentemente, em um estudo intitulado *Roman Imperialism and Local Identities* a arqueóloga inglesa Louise Revell (2009) procurou discutir o intercâmbio entre as elites e o Imperador a partir da evidência epigráfica de cidades das províncias da Baetica e Hispania Terraconensis.

Resenha recebida em 26/10/2013. Aprovada em 13/11/2013.